



Entidade Adjudicante | ESCOLA NAVAL

Edoclink | AQ_CENTR_OUTRAS_711_2023

Número Processo Despesa | 3023002820

Procedimento | Concurso Público Urgente

Objeto do Contrato | Serviços de limpeza para a Escola Naval de 01ABR A 30

JUN de 2023

CONTRATO N.º 07/DI/2023

ÍNDICE

PARTE I	2
FACTOS REFERENCIAIS DE BASE E LEGITIMADORES DO CONTRATO	2
INTERVENIENTES NO ATO:	2
DESIGNAÇÃO DA AQUISIÇÃO	2
IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATATAÇÃO PÚBLICA ADOTADO	2
DESPACHO QUE AUTORIZOU A DESPESA E ABERTURA DO PROCEDIMENTO:	2
DESPACHO QUE AUTORIZOU A ADJUDICAÇÃO E A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	2
DESPACHO DE APROVAÇÃO DE MINUTA	3
PARTE II	3
CLÁUSULAS CONTRATUAIS	3
Cláusula 1.ª OBJETO DO CONTRATO	3
Cláusula 2.ª CONTEÚDO DO CONTRATO E PREVALÊNCIA	3
Cláusula 3.ª PRAZO DE FORNECIMENTO	3
Cláusula 4.ª PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	3
Cláusula 5.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	4
Cláusula 6.ª CAUÇÃO	4
Cláusula 7.ª ENCARGOS ORÇAMENTAIS	4
Cláusula 8.ª GESTOR DE CONTRATO	5
Cláusula 9.ª PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	5
Cláusula 10.ª PROTEÇÃO DE DADOS	5
Cláusula 11.ª DIREITO APLICÁVEL E FORO COMPETENTE	5
ANEXO A – INFORMAÇÃO DE CABIMENTO	7

PARTE I

FACTOS REFERENCIAIS DE BASE E LEGITIMADORES DO CONTRATO

INTERVENIENTES NO ATO:

Entre o Estado Português – Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Escola Naval, NIF 600012662, com sede na Base Naval de Lisboa, Alfeite, 2810 – 001 Almada, representado neste ato pelo Comandante da Escola Naval, Comodoro Carlos Osvaldo Rodrigues Campos, nos termos da subdelegação de competências conferida pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, doravante designado por primeiro outorgante,

e

A Interlimpe – Facility Services, S.A., com sede na Avenida Coronel Eduardo Galhardo n.º14-C Galeria - A e C, Penha de França, código postal 1170-105 Lisboa e o capital social de 2.400.000,00€, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 502 611 057, representada neste ato por Maria Ondina Barbosa Maciel Leitão, o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento comprovativo que exibiu, como Segundo Outorgante, é celebrado o presente contrato.

DESIGNAÇÃO DA AQUISIÇÃO

Serviços de limpeza para a Escola Naval de 01ABR A 30 JUN de 2023– NPD 3023002820.

IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA ADOTADO

Serviços de limpeza para a escola naval de 01ABR A 30 JUN de 2023– NPD 3023002820, ao abrigo da alínea a) e b) do artigo 155.º do CCP.

DESPACHO QUE AUTORIZOU A DESPESA E ABERTURA DO PROCEDIMENTO:

Despacho de 09 de março de 2023, do Exm. Sr. Comandante da Escola Naval, Comodoro Carlos Osvaldo Rodrigues Campos, ao abrigo do despacho de delegação n.º 2179/2023 publicado no Diário da República n.º 33/2023, 2ª Série, de 15 de fevereiro de 2023.

DESPACHO QUE AUTORIZOU A ADJUDICAÇÃO E A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Despacho de 17 de março 2023, do Exm. Sr. Comodoro Carlos Osvaldo Rodrigues Campos, nos termos da subdelegação de competências do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

DESPACHO DE APROVAÇÃO DE MINUTA

Despacho de 17 de março de 2023, do Exm. Sr. Comodoro Carlos Osvaldo Rodrigues Campos, nos termos da subdelegação de competências do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

PARTE II

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª | OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de serviços de limpeza para a Escola Naval de 01ABR A 30 JUN de 2023.

Cláusula 2.ª | CONTEÚDO DO CONTRATO E PREVALÊNCIA

- Fazem parte integrante do contrato:
 - Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
 - A proposta adjudicada.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas anteriores, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
- Também em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo segundo outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

Cláusula 3.ª | PRAZO DE FORNECIMENTO

- O prazo para o cumprimento das obrigações contratuais será o constante da proposta do segundo outorgante.
- O Segundo Outorgante obriga-se a fornecer ao Primeiro outorgante os bens/serviços objeto do presente contrato com as características, especificações e requisitos técnicos que constam das peças procedimentais e da proposta apresentada.

Cláusula 4.ª | PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- O preço contratual é de 66.032,55 €, em que 53.685,00 € corresponde ao valor do fornecimento, e 12.347,55 € ao valor do IVA, à taxa legal em vigor *correspondendo à aquisição de serviços de limpeza para a escola naval de 01ABR A 30 JUN de 2023*
- O prazo de pagamento não deve exceder os 60 (sessenta) dias contados da data da receção da fatura, as quais só devem ser emitidas após o vencimento da obrigação, ou seja, com a assinatura do auto de receção respetivo.
- Nos termos do disposto no artigo 326.º do CCP, e em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

4. A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se automaticamente, sem necessidade de novo aviso, decorrido o prazo previsto no número 2 da presente cláusula.
5. Em caso de desacordo sobre o montante devido, deve o primeiro outorgante efetuar o pagamento sobre a importância em que existe concordância do segundo outorgante.
6. Quando as importâncias pagas nos termos previstos no número anterior forem inferiores àquelas que sejam efetivamente devidas ao segundo outorgante, em função da apreciação de reclamações deduzidas, tem este direito a juros de mora sobre essa diferença, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 326.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente contrato ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.
9. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

Cláusula 5.ª | CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O Segundo Outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia do primeiro outorgante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o segundo outorgante deve:
 - a. Submeter um requerimento ao primeiro outorgante a solicitar a posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao segundo outorgante no presente procedimento;
 - c. O Primeiro Outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Segundo Outorgante não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia do primeiro outorgante, e nos termos previsto no CCP.

Cláusula 6.ª | CAUÇÃO

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não foi exigida caução.

Cláusula 7.ª | ENCARGOS ORÇAMENTAIS

1. O encargo previsto para o ano económico de 2023 é de 66.032,55 €, em que 53.685,00 € corresponde ao valor do fornecimento, e 12.347,55€ ao valor do IVA, à taxa legal em vigor.
2. O presente contrato será suportado por conta de verbas inscritas no Orçamento da Marinha Portuguesa, sob a rubrica orçamental com a classificação económica D.02.02.02 - limpeza e higiene, com o n.º de compromisso n.º 3023601840.

Cláusula 8.ª | GESTOR DE CONTRATO

Nos termos do disposto no artigo 290.º-A, conjugado com a alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, ambos do Código dos Contratos Públicos e atento o Despacho de designação do CTEN STMEC Guerreiro Marteniano exarado na proposta de autorização da despesa e adoção do presente procedimento, a gestão do presente contrato é da responsabilidade do Comodoro Carlos Osvaldo Rodrigues Campos.

Cláusula 9.ª | PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O prazo de vigência do presente contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua assinatura.
2. O contrato cessará a sua vigência quando forem quitadas todas as prestações, não podendo qualquer fornecimento ultrapassar o preço contratual ou as quantidades máximas fixadas no Caderno de Encargos e na Proposta.

Cláusula 10.ª | PROTEÇÃO DE DADOS

1. O segundo outorgante compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo primeiro outorgante exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - a. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - b. Prestar ao primeiro outorgante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, ao abrigo do contrato;
 - c. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados;
 - d. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo primeiro outorgante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - e. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais;
2. O segundo outorgante será responsável por qualquer prejuízo em que o primeiro outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 11.ª | DIREITO APLICÁVEL E FORO COMPETENTE

1. Em tudo o que não ficar especial e expressamente previsto no presente contrato, ou nos documentos que dele fazem parte integrante, aplicam-se as disposições constantes do Caderno de Encargos, cumulativamente com o Código dos Contratos Públicos e demais disposições legais aplicáveis.
2. O segundo outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Direção de Abastecimento e da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

3. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

O Primeiro Outorgante,

CARLOS
OSVALDO
RODRIGUES
CAMPOS

Assinado de forma digital por CARLOS
OSVALDO RODRIGUES CAMPOS
DN: c=PT, ou=Cartão de Cidadão,
ou=Autenticação do Cidadão, ou=Cidadão
Português, sn=RODRIGUES CAMPOS,
givenName=CARLOS OSVALDO,
serialNumber=, c=CARLOS
OSVALDO RODRIGUES CAMPOS
Dados: 2023.03.23 17:36:32 Z

Carlos Osvaldo Rodrigues Campos

Comodoro

O Segundo Outorgante,

MARIA ONDINA
BARBOSA
MACIEL LEITAO

Assinado de forma
digital por MARIA
ONDINA BARBOSA
MACIEL LEITAO
Dados: 2023.03.24
10:34:57 Z

Maria Ondina Barbosa Maciel
Leitão

Representante Legal

ANEXO A – INFORMAÇÃO DE CABIMENTO



Ministério da Defesa Nacional
Marinha

Informação de Compromisso

Compromisso Nº: 3023601840		Item Nº: 001
Descrição: Comp. Automático Pedido Forn:0330390057		
Orgânica Interna: 3011.2001		Escola Naval
Regime contabilístico aplicável: SNC-AP		
Fonte de Financiamento: 311 (100,00 %)		SFA: Estado - Receitas Gerais
Orçamento para o ano de 2023		
Classificação Orgânica:		
Capítulo:	03	Marinha
Divisão:	01	OPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Subdivisão:	00	OPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Programa:	004	
Medida:	007	
Actividade:	258	
Projecto:		
Classificação Funcional:	021	Defesa militar
Classificação Económica:	D.02.02.02	Limpeza e higiene
(1)	Dotação Inicial	0,00
(2)	Reforços / Anulações:	73.800,00
(3)	Cativos / Descativos	0,00
(4) = (1-2-3)	Dotação Corrigida	73.800,00
(5)	Compromissos Assumidos	0,00
(6) = (4-5)	Dotação Disponível	73.800,00
(7)	Compromisso relativo à despesa em análise	66.032,55
(8) = (6-7)	Saldo Residual	7.767,45
Data: 23 de Março de 2023		Data da última correção orçamental: